

Diário do Nordeste

FORTALEZA, CEARÁ - QUINTA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 2011 | ANO XXX | negocios@diariodonordeste.com.br

IRREGULARIDADES



Obras para a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que ligará Parangaba ao Mucuripe têm prazo de conclusão previsto para antes da Copa de 2014. FOTO: JOSÉ LEOMAR

VLT: MPF pede suspensão do processo de desapropriações

Ministério ajuíza ação, apontando que governo estaria negociando retirada de moradores antes de obter licença

ARMANDO DE OLIVEIRA LIMA
Repórter

O Governo do Estado é alvo de uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal no Ceará na última terça-feira, 19 de julho, por conta das obras para a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no trecho Parangaba-Mucuripe, que tem prazo de conclusão previsto para antes da Copa do Mundo de Futebol, em 2014. O proble-

ma identificado, segundo explicou o autor do documento, o procurador da República Alessandro Sales, deve-se à "iniciativa prematura do Governo" em realizar a desapropriação de imóveis da região atingida pela obra do VLT antes mesmo do licenciamento ambiental exigido ser expedido.

Depois de receber denúncias dos moradores das comunidades afetadas, o órgão constatou irregularidades no processo e pediu a "suspensão imediata de qualquer ato de desapropriação, que incluem a avaliação de valores e indenizações, realizações de acordos administrativos, além de pagamentos agen-

EMBARGO

170

MILHÕES de reais oriundos de acordo entre o governo e Caixa não poderão ser usados, caso juiz acate pedido do MPF

dados". Ainda fez parte das solicitações da ação movida o embargo de R\$ 170 milhões firmados em acordo entre o Governo e a Caixa Econômica Federal para a realização da obra e prestações de serviços com foco no trecho do VLT.

Segundo o procurador, o repasse da verba só deverá ser finalizado após o licenciamento ambiental ter sido concluído em definitivo. Ainda é destinado exclusivamente dos cofres cearenses R\$ 92 milhões para ser usado nas desapropriações.

Denúncia

Faz parte da lista de irregularidades feita pelo procurador a denúncia de que já estavam sendo apresentadas aos moradores impactados com as obras do VLT planilhas que continham os valores de cada imóvel atingido pelo trecho Parangaba-Mucuripe. Segundo o procurador, esta ação só deveria acontecer depois de toda a obra receber a

liberação dos órgãos responsáveis, no caso, a Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará (Semace).

Como agravante, segundo contou Sales, algumas pessoas da região já teriam sido chamadas pelo Governo do Estado do Ceará para negociar o pagamento e a saída de sua propriedade. Ele ainda considerou na ação relatos de moradores que acusam representantes do governo de oferecerem - a partir da planilha e da negociação - preços considerados irrisórios pelos imóveis atingidos, "impossibilitando uma justa indenização, o que consequentemente, impedindo a aquisição de outra moradia digna".

De acordo com Sales, um acompanhamento sistemático do procedimento de desapropriação é feito junto às comunidades afetadas de maneira que novas irregularidades na obra sejam detectadas.

Sem ouvir o Governo

"O que pedimos na ação civil pública é que até a conclusão do licenciamento ambiental, todo o procedimento iniciado equivocadamente pelo Governo do Estado seja paralisado", enfatizou o procurador lembrando que a decisão do juiz poderá sair a qualquer momento. Com o objetivo de dar mais agilidade ao processo, ele ainda informou de outro pedido: o de que o Governo do Estado não fosse ouvido, "sob pena de atrasar o procedimento como um todo".

Já o titular da Secretaria de Infraestrutura do Estado, Adail Fontenele, garantiu que as nego-

SOLICITAÇÃO

O que pedimos é a paralisação de todo procedimento até a conclusão da licença"

ALESSANDER SALES
Procurador da Justiça

ciações com os habitantes não estavam em curso e nem os R\$ 170 milhões estavam sendo usados. "Eu não vou deixar de fazer o que eu não estava fazendo. Então não há preocupação, pois nenhum desses pedidos do ministério vai atrapalhar o andamento do VLT", afirmou.

EIA-Rima não começou

Atualmente, de acordo com o apurado pelo MP e encaminhado junto da ação, apenas o projeto básico das obras do VLT foi entregue à Semace, que expediu um termo de referência para a elaboração do Estudo e do Relatório de Impacto ambiental (EIA-Rima). O documento é o primeiro do licenciamento ambiental exigido. **Continua na página 2**

COMENTE

negocios@diariodonordeste.com.br

ASX A NOVA MANIA DA CIDADE. MANIA POR CONFORTO, DESIGN E SEGURANÇA.

A PARTIR DE R\$ 79.990,00 A VISTA

- Motor 2.0, 4 cilindros, 16 V com 160 CV de potência
- Melhor relação peso/potência da categoria (8,4 kg/CV)
- Câmbio mecânico com 5 marchas
- Freios a disco nas 4 rodas com ABS e EBD
- Rodas de liga leve aro 17"
- Ar-condicionado automático
- Volante com regulagem de altura e profundidade com comando de som e piloto automático
- Disponível também na versão automática

O DESIGN MAIS MODERNO DA CATEGORIA. VENHA FAZER UM TEST DRIVE.

ENTREGA IMEDIATA

Nissei

AV. WASHINGTON SOARES, 1100 3278.8181 MITOVEICULOS.COM.BR

RUA MONSENHOR BRUNO COM AV. HERÁCLITO GRACA 3133.1200 AV. JOSÉ BASTOS, 777, ESQUINA COM AV. DUQUE DE CAXIAS 3288.3533

Preço válido até 31/07/2011 ou enquanto durar o estoque (3 unidades por concessionária). Valor à vista de tabela do veículo ASX 4x2 mecânico ano/modelo 2011: R\$ 79.990,00 (frete incluso). Imagens ilustrativas.

Faça revisões em seu veículo regularmente.